MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Teresina/Pi
MARÇO/2013

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 E 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013), sendo Consolidadora a UG: 200390 e consolidada a UG: 200391 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL.

Teresina/Pi
MARÇO/2013

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS 08
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 08
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS 09
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL 11
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 12
1.4.1. Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí 12
1.4.2. Núcleo de Inteligência Policial: NIP 13
1.4.3. Corregedoria Regional da Polícia Federal COR 13
1.4.4. Delegacia Regional Executiva –DREX 14
1.4.5. Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado – DRCOR 15
1.4.6. Setor Técnico Científico - SETEC 15
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO 16
1.5.1. Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG 16
1.5.2. Setor de Recursos Humanos 17
1.5.3. Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI 17
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS 18
2. INTRODUÇÃO 19
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES 20
3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA 20
3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 20
3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES 21
3.4 INDICADORES 23
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO 26
4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 26
4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS 26
4.2.1 Análise Crítica 27
4.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO 28
4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU 28
5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 29
5.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA 29
5.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA 30
5.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação 30
5.2.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação 30
5.2.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação 31
5.2.1.3 Análise crítica 32
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 33
6.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 33
6.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 33
6.1.2 Análise Crítica 33
6.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS 33
6.2.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos 33
6.2.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral 33
6.2.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) 34
6.2.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ 34
6.2.1.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos 35
6.2.1.5 Análise Crítica 35
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS 36

RELACIONADOS
7.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 36
7.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada 36
7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho 37
7.1.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade 37
7.1.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 38
7.1.5 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 39
7.1.5.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria 39
7.1.5.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada 40
7.1.5.3 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão 41
7.1.5.4 Composição do Quadro de Estagiários 42
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO 43
8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS 43
8.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos 43
8.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ 43
8.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional, bem como sua totalização por grupo e geral 43
8.1.4 Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra 43
8.1.5 Idade média da frota, por grupo de veículos 43
8.1.6 Custos associados à manutenção da frota 43
8.1.7 Plano de substituição da frota 44
8.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação 44
8.1.9 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte 44
8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO 44
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial 44
8.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ 45
8.2.3 Análise Crítica 45
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO 46
9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) 46
9.1.2 Análise Crítica 47
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 48
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 48
10.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA 50
11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS 51
11. 1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 51
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício 51
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 52
11.1.3 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 53
11.2 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93 54
11.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 54

11.2.2 Análise Crítica 54
11.3 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV 55

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 56
12.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO 56
12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos 56
12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 57
12.2.1 Declaração Plena 57
13. RESULTADOS E CONCLUSÕES 58
13.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012 58
13.1.1 – Atividades de Polícia Judiciária 58
13.1.1.1 Operações Policiais de Destaque 58
13.1.2 – Estatísticas de Polícia Judiciária 60
13.1.3 - Estatísticas de Polícia Administrativa 62
13.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS 63

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

TÍTULO	PÁGINA
I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº107/2010	65
II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº107/2010	66

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AFIS - Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais
APEGR - Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos
CAOP - Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal
CEF – Caixa Econômica Federal
CEMEL/USP - Centro de Medicina Legal da Universidade de São Paulo
CGCOR – Coordenadoria Geral de Correições
CGPFAZ – Coordenadoria Geral de Polícia Fazendária
CGU – Controladoria Geral da União
CIGE – Centro Integrado de Gestão Estratégica
COAD – Coordenadoria de Administração
COAIN – Coordenadoria de Assuntos Internos
COGER – Corregedoria Geral de Polícia
CP – Carta Precatória
CRH - Coordenadoria de Recursos Humanos
CTI – Coordenadoria de Tecnologia da Informação
CRIS – Centro Regional de Inteligência de Sinais
CSR – Comissão Regional de Segurança
DCOR – Diretoria de Combate ao Crime Organizado
DELEFAZ – Delegacia de Repressão aos Crimes Fazendários
DELEMIG – Delegacia de Imigração
DELEPREV – Delegacia de Repressão aos Crimes Previdenciários
DELEMAPH – Delegacia de Rep a Crimes Contra o Meio ambiente e Patrimônio Histórico
DG/DPF – Direção Geral do Departamento de Polícia Federal
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal
DPAG – Divisão de Pagamento
DIP – Divisão de Inteligência Policial
DIREX – Diretoria Executiva
DITEC – Diretoria Técnico-Científica
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/CXA/MA – Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA
DPF/PHB/PI – Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI
DPFnet – Rede de informática do Departamento de Polícia Federal
DPREV – Divisão de Repressão aos Crimes Previdenciários
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes
DREX – Delegacia Regional Executiva
FPE – Fundo de Participação do Estado
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FTPrev – Força Tarefa Previdenciária
FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal
FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico
FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GAB – Gabinete
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IFPI – Instituto Federal de Tecnologia do Piauí
IN – Instrução Normativa
INC – Instituto Nacional de Criminalística
INI – Instituto Nacional de Identificação

INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social
INTERPOL – Polícia Internacional
INTEGRAPOL - Sistema de Radiocomunicação Digital da Polícia Federal
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
NID – Núcleo de Identificação
NIP – Núcleo de Inteligência Policial
NUTRAN – Núcleo de Transportes
OMP – Ordem de Missão Policial
OSA – Ordem de Serviço Administrativo
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PC/PI – Polícia Civil do Estado do Piauí
PCDRH – Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
PRF – Polícia Rodoviária Federal
RE – Registro Especial
RG – Relatório de Gestão
RP – Restos a Pagar
SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SETEC – Setor Técnico-Científico
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal
SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINARM – Sistema Nacional de Registro de Armas
SR/DPF/PI – Superintendência Regional do DPF no Piauí
SR/PI – Forma compacta de Superintendência Regional do DPF no Piauí
TCO – Termo Circunstaciado
TCU – Tribunal de Contas da União
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TI – Tecnologia da Informação
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QUADRO I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça				
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça				**Código SIORG**: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Superintendência Regional do DPF no Piauí				
Denominação Abreviada: SR/DPF/PI				
Código SIORG: 1154	**Código LOA:** Não se aplica		**Código SIAFI:** 200390	
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal		**CNPJ**: 00.394.494/0034-02		
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			**Código CNAE:** 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(086) 2106-4972	(086) 2106-4990	(086) 3223-0556	
Endereço Eletrônico: gab.srpi@dpf.gov.br				
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br				
Endereço Postal: Av. Maranhão 1022, Centro/Norte, CEP: 64000-010 – Teresina/Piauí				

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
PHB/DPF/PI				

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - A SR/DPF/PI foi Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 182, de 29/04/65, Boletim de Serviço nº. 081, de 04/05/65, foi transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72 e elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75. - FUNAPOL: Instituído pela Lei Complementar 89, de 18.02.1997. - A Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI foi criada pela Portaria 178/2007 DG/DPF de 17/05/2007, Boletim de Serviço 096 de 21/05/2007.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200391	FUNAPOL
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200391	FUNAPOL

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200390	0001
200391	0001

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Departamento de Polícia Federal - DPF, órgão específico singular a que se refere à alínea "g" do inciso II do art. 2° do Anexo I do Decreto n° 6.061, de 15 de março de 2007, organizado e mantido pela União, e estruturado em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade executar, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1° do art. 144 da Constituição Federal e legislação complementar.

Em consonância com o arcabouço legal que define as atribuições da Polícia Federal, a SR/DPF/PI foi criada com a finalidade de contribuir para o cumprimento da missão do Departamento de Polícia Federal no âmbito do Estado do Piauí, tanto como Polícia Judiciária da União, quanto como Polícia Administrativa.

Suas atribuições gerais estão definidas na Portaria nº 3.961, de 24 de novembro de 2009**,** do Ministério da Justiça, publicada na Seção 1 do DOU nº 225, de 26 de novembro de 2009, quais sejam:

- planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Piauí;
- administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Parnaíba, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Piauí, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento, no âmbito do Estado do Piauí;
- apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;
- promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais;
- adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/PI e da DPF/PHB/PI.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2012, bem com levando em conta a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí estabeleceu como objetivos estratégicos otimizar o emprego dos bens e recursos materiais, mediante a racionalização da gestão logística; reduzir a criminalidade, através da promoção de ações preventivas e efetivação de mecanismos de análise e inteligência policial; fortalecer a cultura de gestão estratégica, com vistas a garantir a segurança institucional; promover a cidadania, buscando otimizar os serviços prestados à sociedade piauiense e incrementar as ações de controle regulatório e fiscalizatório; ampliar a credibilidade institucional, através da difusão da comunicação interna e externa e consolidar a governança em tecnologia da informação, com ênfase para o alinhamento da TI à Gestão Policial.

Como parte das ações para a consecução dos objetivos propostos, a gestão em 2012 realizou diversas operações policiais focadas no combate ao crime organizado, contrabando e descaminho, tráfico de drogas e de armas, desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro, dentre outros delitos. O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para aperfeiçoar os meios para a obtenção de passaportes e certidões em prazos mais curtos, bem como assegurar melhorias no atendimento aos estrangeiros. Foi também dado prosseguimento à campanha do desarmamento, com a coleta de diversos tipos de armas.

As principais realizações da gestão durante o exercício de 2012 foram agrupadas em duas esferas, a saber: atividade fim e atividade meio.

Na atividade fim destacamos o incremento da atividade operacional, resultando na deflagração de sete operações de grande porte, objetivando o combate à criminalidade nas áreas de prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes; patrimônio público, com ênfase para o combate de organizações criminosas especializadas em assaltos a bancos e agências dos Correios; criação na estrutura organizacional da Superintendência do Grupo de Repressão aos crimes de lavagens de dinheiro e de bens oriundos da corrupção; combate aos desvios de verbas públicas, contrabando e descaminho, dentre outros;

Já na atividade meio, o destaque foi para a racionalização do espaço físico interno, com a transferência da Delegacia de Polícia de Imigração para o Aeroporto de Teresina, reforma e adequação de algumas salas para melhor acomodação de delegacias, núcleos de apoio e outros setores e serviços; aquisição de uma embarcação para utilização nos serviços de patrulhamento da costa litorânea pela Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI; e interiorização dos serviços da Delegacia de Prevenção e Repressão ao Tráfico de Entorpecentes, mediante a instalação do Escritório Avançado de Inteligência e Operações Policiais no município de Picos/PI;

As principais dificuldades para a consecução dos objetivos da Unidade Jurisdicionada foram, de um lado, as limitações orçamentárias estabelecidas pelo Governo Federal, que implicaram no contingenciamento dos recursos orçamentários destinados à realização de despesas de custeio e investimentos, e, de outro lado, o reduzido efetivo de servidores policiais, que sofre baixa a cada ano à medida que novos policiais por completarem o tempo de serviço entram em inatividade.

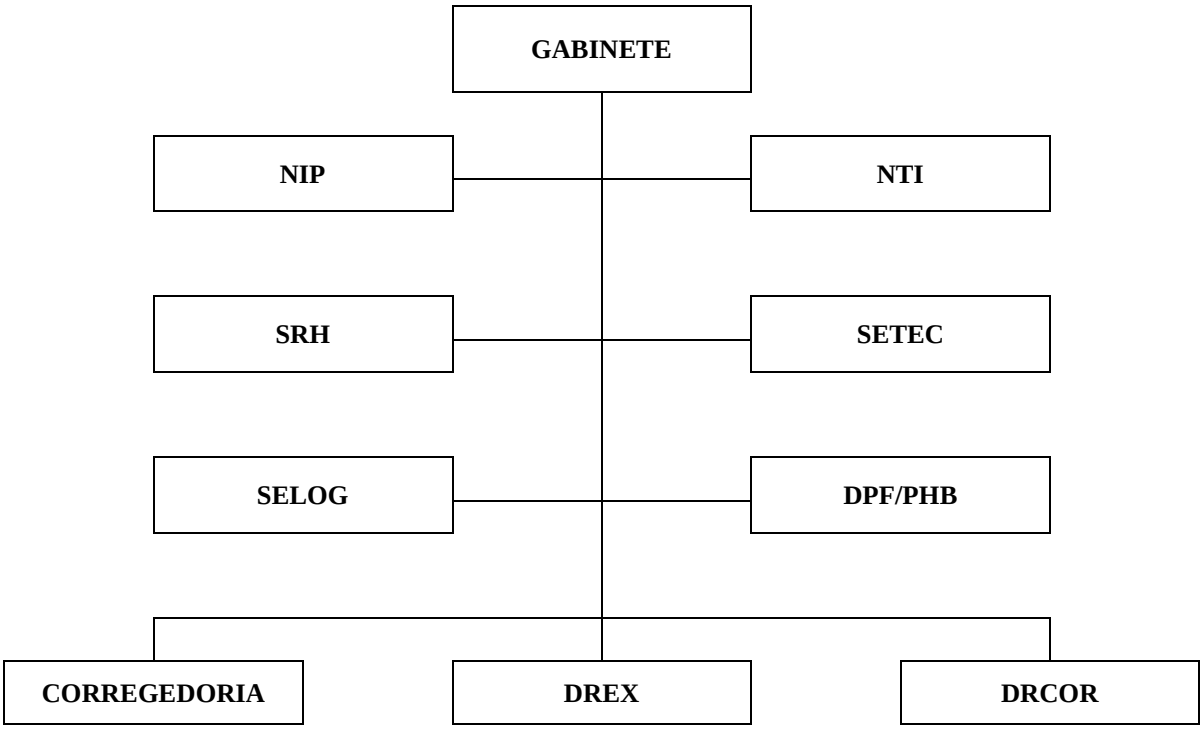
Esse quadro teve ainda como agravante a greve nacional deflagrada pelas categorias de Escrivães, Papiloscopistas e Agentes de Polícia Federal, que em razão do longo período de paralisação impactou no resultado final da gestão durante o exercício.

Os planos e projetos para o exercício seguinte propugnam a adoção de medidas que recomponham a força de trabalho, seguidas de outras que favoreçam a otimização dos controles internos, visando racionalizar ainda mais os recursos disponíveis, já que a eficiência da gestão consiste em maximizar resultados a partir das condições que as circunstâncias oferecem.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Piauí está estruturada em duas Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência, em Teresina/PI e Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (***Portaria MJ Nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011 - DOU 02.01.2012***) para a SR/DPF/PI, em vigência até o final do exercício de 2012 é o seguinte:



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ- SR/DPF/PI:

a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
f) Delegacia Regional Executiva - DREX:
g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:
h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:
i) Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

1.4.1. Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS[1]	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

No exercício 2012, a comunicação institucional foi estabelecida por meio de notas de comunicações divulgadas na impressa, apresentações e entrevistas referentes a investigações, operações e outros assuntos que envolvem as atribuições da Polícia Federal, concedidas a todos os meios de comunicação.

A cooperação internacional, processo permanente, principalmente na área de migração, em 2012 teve um evento de destaque referente ao tráfico internacional de entorpecentes. A Delegacia de Repressão a Entorpecentes realizou uma operação que conseguiu interceptar um carregamento de 270 kg de cloridrato de cocaína que seguia para a Itália. Com essa apreensão e posteriores contatos mantidos, houve fortalecimento das relações com instituições diplomáticas daquele país.

A gestão de parcerias e convênios buscou fortalecer os vínculos necessários ao cumprimento das atribuições da Polícia Federal no Piauí através de diferentes tipos de eventos e principalmente trabalhos em conjunto. No exercício de 2012, destaca-se a aproximação desta Superintendência com a Procuradoria Regional do Trabalho.

Quanto à gestão do conhecimento, as atividades de educação continuada são estabelecidas através da disponibilidade de cursos pela Academia Nacional de Polícia – ANP, Secretária Nacional de Segurança – SENASP ou ainda cursos de outros órgãos e até particulares. No exercício de 2012 foi amplamente divulgada, através da intranet e documentos direcionados aos setores especializados, a disponibilidade de cursos aos servidores. Frise-se o incentivo aos servidores administrativos como gratificação por desempenho aos que atingirem no mínimo 40 horas anuais de treinamento.

A gestão estratégica é estabelecida através das metas e ações previstas no Plano de Metas Anual – PMA - elaboradas por cada setor da Superintendência, em conformidade com a

Instrução Normativa nº.021/2010-DG/DPF. O plano de metas é elaborado de acordo com as atribuições da Superintendência de Polícia Federal no Piauí e cada setor especializado.

1.4.2. Núcleo de Inteligência Policial – NIP

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.

A atividade de inteligência policial é exercida pelo Núcleo de Inteligência Policial – NIP - que assessora o Superintendente em suas tomadas de decisão e, quando demandado, presta apoio às investigações em curso nessa Superintendência. Dessa forma, a atuação de inteligência policial deu-se através de atividades direcionadas a essas atribuições. Sendo relevante mencionar a descentralização dessas atividades através da instalação de um escritório avançado de inteligência no interior do estado.

1.4.3. Corregedoria Regional da Polícia Federal – COR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados às inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

No ano de 2012, as correições parciais rotineiras foram realizadas sem quaisquer entraves ou ocorrências que mereçam destaques. Quanto à correição ordinária anual, não foi concluída devido a acúmulo de trabalho e ausências de servidores ocasionadas pelo movimento grevista. Não houve correição realizada pelos órgãos centrais.

1.4.4. Delegacia Regional Executiva – DREX

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados à autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.

Para as atividades de controle de segurança buscou-se adequação do espaço físico e acesso mais fácil com fins de melhorar o atendimento aos usuários e as condições de trabalho aos servidores; também foram intensificadas ações de fiscalização em grandes eventos, principalmente no interior do estado.

Atendendo e acompanhando as políticas estabelecidas pelo governo federal quanto à campanha do desarmamento, o controle de armas de fogo procurou estabelecer melhorias no atendimento no sentido de atender as demandas quanto às solicitações de porte e registro de armas.

Foram implantadas melhorias nos serviços de controle migratório e atividades de segurança de aeroportos com a instalação da Delegacia de Imigração no Aeroporto Senador

Petrônio Portella, em Teresina, proporcionando condições mais adequadas de trabalho aos servidores envolvidos nessas atividades, bem como melhor atendimento aos usuários desses serviços.

Devida a reduzida demanda das atividades de controle de precursores químicos e armas, no estado do Piauí, apenas uma equipe, formada por três servidores, atende essas demandadas, não tendo havido registros relevantes no exercício.

Cumpre registrar que no exercício de 2012 foi dado início ao cadastramento dos eleitores piauienses em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Instituto Nacional de Identificação que tem como finalidade cadastrar biometricamente todos os eleitores do país até o ano de 2018.

1.4.5. Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado – DRCOR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

Dentre os escopos da Polícia Federal, a investigação criminal é a que mais se destaca, principalmente nos meios de comunicação. As investigações, normalmente, são atividades direcionadas a instruir inquéritos policiais e consequentemente dá suporte as operações – tratadas no tópico Operações Policias de Destaque. Dentre os trabalhos investigativos o que mais recebeu repercussão foi a investigação da morte da estudante Fernanda Lages, ocorrida na obra da futura sede do Ministério Público Federal. A participação da Polícia Federal no Piauí foi requisitada pelo Ministério da Justiça por suspeitar-se da vinculação com o tráfico internacional de pessoas para prostituição.

No exercício de 2012, a identificação criminal teve como principal desafio instruir processos investigativos sobre roubos às agências dos Correios, tendo em vista o aumento expressivo de roubos registrados àquela empresa em 2012.

1.4.6. Setor Técnico Científico – SETEC

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

Dentre as principais atividades realizadas pelo Setor Técnico Científico, destacamos as seguintes: Exame de Local de Incêndio no edifício da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, sob o qual havia suspeita de ação criminosa visando à destruição de provas; Exames periciais diversos referentes à investigação de morte violenta – Caso "Fernanda Lages" para produção da prova pericial visando à instrução do inquérito policial que visava investigar a morte ocorrida em agosto/2011, e cujo trabalho de local e processamento dos vestígios se dera de forma precária aumentando, assim, a complexidade do trabalho pericial sob o encargo da SETEC/SR/DPF/PI. Neste trabalho destacou-se, entre outros aspectos, a coordenação e a integração da unidade regional com o órgão central para a execução das perícias, bem como o apoio logístico do CAOP e a parceria institucional e técnica do CEMEL-USP de Ribeirão Preto/SP na execução dos exames pós-exumação. Os laudos foram fundamentais para a conclusão do inquérito e recompor a normalidade local uma vez que aquela morte provocou grande comoção social e dificuldade institucional com questionamentos do MP quanto ao trabalho da PC/PI; Exames periciais em droga no interesse de IPL da DPF/PHB/PI que prendeu quadrilha por tráfico internacional de drogas, com cerca de 270 quilos de cocaína (cloridrato) escondidas num veleiro interceptado na costa de Parnaíba/PI em operação conjunta e que empregou embarcação da Capitania dos Portos/PI; Exame pericial de engenharia em obra do Centro de Convenções na cidade de Teresina, obra inconclusa e com problemas construtivos aparentes.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

1.5.1. Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

No exercício 2012, foram realizados serviços de reforma e adaptação do telhado, recuperação da calçada, pintura geral do prédio do Edifício Sede, serviços estes, imprescindíveis, com demanda reprimida de outros exercícios, tendo em vista tratar-se de edifício antigo com sérios problemas que impactam no resultado das atividades fim e meio.

A logística, aliada a Gestão Orçamentária e Financeira, buscou garantir a disponibilidade de recursos, equipamentos e informações para a execução das atividades meio e fim desta Superintendência, contudo, o reduzido número de servidores envolvidos nas áreas estratégicas de licitações e contratos e, ainda, a disponibilização de pregoeiro para auxiliar à Sede do DPF, impactaram na efetiva utilização dos recursos orçamentários, tendo em vista que deixou-se de

realizar licitações importantes dentro do prazo de empenho, tais como: pregão para construção do muro do terreno no qual será construída a futura sede desta Superintendência e no qual é feito depósito de carros apreendidos e arquivo morto, Carta Convite para readaptação da rede elétrica da sede, Pregão para contratação dos serviços de manutenção predial, dentre outros.

1.5.2. Setor de Recursos Humanos – SRH

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

As atividades relacionadas à Gestão de pessoas não apresentaram relevâncias que mereçam registro, exceto, no que diz respeito ao impacto que o reduzido número de servidores, tanto policial, quanto administrativo, tem provocado sobre os resultados desta Superintendência.

1.5.3. Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação.

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

A gestão de tecnologia da informação é atribuição do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI que é responsável pela as atividades relacionadas à implementação, ao funcionamento e à manutenção dos sistemas de telecomunicações e informática, no âmbito da circunscrição da Superintendência. Quanto às aquisições relacionadas à tecnologia da informação, ocorrem de forma centralizada, no entanto, não foram realizadas compras centralizadas em 2012, sendo necessário realizar pequenas aquisições por esta Superintendência, mas que não impactaram no conjunto dos processos.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros da Polícia Federal no Estado que colaboram para a consecução dos objetivos desta unidade jurisdicionada no âmbito de sua circunscrição são O Ministério Público (Federal e Estadual), A Justiça (Federal e Estadual), 2º Batalhão de Engenharia de Construção – 2º BEC, 25º Batalhão de Caçadores – 25º BC, Capitania dos Portos, em Parnaíba/PI, as Polícias Civil e Militar do Estado, a Polícia Rodoviária Federal e Controladoria Geral da União, Secretária de Segurança Pública do Estado do Piauí, Instituto de Identificação do Piauí, Academia de Polícia Civil e Secretaria de Justiça do Estado do Piauí, na esfera governamental. Na esfera privada, esta Superintendência mantém parceria com a Infraero, Empresa Brasileira de Correios, Empresa Brasileira de Telecomunicações e Oi Telemar, além de empresas contratadas para a prestação de serviços na área de logística, como por exemplo, a VIG Vigilância, na área de segurança privada e Absoluta, na área de limpeza das instalações físicas.

2. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2012 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Piauí – SR/DPF/PI, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012, a Portaria TCU nº 150/2012 e demais orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens a relacionados na parte A (conteúdo geral, com treze itens) do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012.

Os subitens 3.3, 4.1, 5.1, 5.3, 5.5, 5.6, 10.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6 do Anexo II da DN nº 119/2012, parte A, não se aplicam a essa Unidade Jurisdicionada dada a sua natureza e atividades desenvolvidas. Da mesma forma, por esta UJ não ser Unidade Orçamentária e só receber crédito por movimentação interna, bem como por não ser responsável por executar programa de trabalho do PPA, deixou-se de preencher os quadros A.4.7, A.4.8, A.4.9, A.4.10, A.4.12 e A.4.13 do item 4.2, estas informações constarão no Relatório de Gestão do órgão central.

No que se refere ao item 6 – Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados, deixou-se de preencher os quadros A.6.1 e A.6.4, tendo em vista que trata-se de informação resguardada por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº.69, de 14/12/2012, publicada no BS 242, entretanto, ficam à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas, também deixou-se de preencher os quadros A.6.8, A.6.9, A.6.10, A.6.11, A.6.12 e A.6.13, visto que estas informações serão consolidadas no Relatório de Gestão do órgão central. A informação do Quadro A.6.14 não se aplica ao DPF. Em relação aos quadros A.6.15 e A.6.16 não houve no exercício autorização para realização de concurso público de provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito do DPF.

Dentre as principais realizações da gestão durante o exercício de 2012, podemos destacar, o incremento da atividade operacional, resultando na deflagração de sete operações de grande porte, objetivando o combate à criminalidade nas áreas de prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes; patrimônio público, com ênfase para o combate de organizações criminosas especializadas em assaltos a bancos e agências dos Correios; criação na estrutura organizacional da Superintendência do Grupo de Repressão aos crimes de lavagens de dinheiro e de bens oriundos da corrupção; combate aos desvios de verbas públicas, contrabando e descaminho, dentre outros;

Na atividade meio, o destaque foi para a racionalização do espaço físico interno, com a transferência da Delegacia de Polícia de Imigração para o Aeroporto de Teresina, reforma e adequação de algumas salas para melhor acomodação de delegacias, núcleos de apoio e outros setores e serviços; aquisição de uma embarcação para utilização nos serviços de patrulhamento da costa litorânea pela Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI; e interiorização dos serviços da Delegacia de Prevenção e Repressão ao Tráfico de Entorpecentes, mediante a instalação do Escritório Avançado de Inteligência e Operações Policiais no município de Picos/PI;

As principais dificuldades para a consecução dos objetivos da Unidade Jurisdicionada foram, de um lado, as limitações orçamentárias estabelecidas pelo Governo Federal, que implicaram no contingenciamento dos recursos orçamentários destinados à realização de despesas de custeio e investimentos, e, de outro lado, o reduzido efetivo de servidores policiais, que sofre baixa a cada ano à medida que novos policiais por completarem o tempo de serviço entram em inatividade.

Esse quadro teve ainda como agravante a greve nacional deflagrada pelas categorias de Escrivães, Papiloscopistas e Agentes de Polícia Federal, que em razão do longo período de paralisação impactou no resultado final da gestão durante o exercício.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

O Departamento de Polícia Federal manteve em 2012 seu planejamento estratégico, estabelecido no exercício de 2010, baseado no modelo de cenários prospectivos desenhado pela Administração Central a partir do entendimento de que as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que exige permanente desenvolvimento e utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais e que assegurem confiança e conhecimento dos fatos. Dessa forma, o órgão central, lançando mão de metodologia científica, procurou determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários/histórias sobre a forma que o mundo pode assumir, sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis.

O planejamento das ações do Departamento de Polícia Federal é realizado anualmente através do Plano de Metas Anual. O Plano de Metas Anual constitui-se em um sistema de planejamento, elaborado a partir das estratégias estabelecidas pelos órgãos dirigentes e em conformidade com determinações legais e normativos que regulam as atribuições do Departamento de Polícia Federal. A elaboração do Plano se dá pelo estabelecimento dos objetivos e metas do Departamento de Polícia Federal, definição das unidades responsáveis pela sua execução, dos meios necessários ao seu alcance, hierarquização de prioridades, bem como da estimativa dos custos, do prazo de execução e do controle de resultados.

No caso desta unidade, as metas e ações da gestão local foram consolidadas no Plano de Metas Anual de 2012, de acordo com as diretrizes emanadas pelo órgão central de planejamento, em ferramenta informatizada no sistema SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial, tendo por objetivo estratégico promover a colaboração com os demais órgãos de segurança, no âmbito de sua circunscrição, a manutenção da ordem pública e a defesa das instituições democráticas, a partir da execução de ações voltadas para cumprir as atribuições do Órgão, dentro da esfera de competência delimitada pelos instrumentos legais que regem sua atuação.

A partir do histórico dos resultados das atividades realizadas em anos anteriores na circunscrição desta unidade, levando-se em conta as demandas presentes e considerando ainda os cenários prospectivos desenhados pela Administração Central em seu planejamento estratégico de longo prazo, foi possível à gestão local estabelecer metas e prever a execução de ações que resultassem na consecução dos objetivos estratégicos traçados para a instituição policial federal.

3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A princípio cabe ressaltar que o Estado do Piauí ocupa uma área de 251.529 Km², é composto por 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, sendo 192 (cento e noventa e dois) na circunscrição da sede desta Regional, conforme relacionado na Portaria n° 069/2008-DG/DPF, de 19/02/2008 e 32 (trinta e dois) na circunscrição da Delegacia de Parnaíba, indicados na Portaria nº 178/2007-DG, de 17/05/2007.

Quanto à posição geográfica, faz divisa com os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão. O litoral no Oceano Atlântico é o menor entre os estados litorâneos - 66 km. De outra sorte, a grande extensão territorial, as divisas extensas com esses cinco estados do Nordeste, a disposição da malha viária e a quase equidistância de médios centros populacionais - Belém/PA, São Luís/MA, Palmas/TO, Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE, conferem ao Estado do Piauí posição estratégica para a logística de distribuição regional de produtos e serviços, o que sem sombra de dúvidas concorre para a ocorrência de ações delituosas de grupos ou de organizações criminosas estabelecidas no Estado ou em outros pontos do território nacional.

Ressalte-se que a região do cerrado piauiense é considerada a última fronteira agrícola do País, com aproximadamente duas décadas de ocupação. Uma região que traz junto com seu desenvolvimento, diversas formas de crimes como a grilagem de terras, o desmatamento ilegal e venda de terras públicas.

Por casuística, as ocorrências delituosas na circunscrição desta Unidade Jurisdicionada apontam como maiores incidências criminais no Estado a corrupção de agentes

públicos associada ao desvio de recursos públicos; crimes de lavagem de dinheiro; fraudes à previdência; fraude a programas de transferência de renda do Governo Federal; tráfico de substâncias entorpecentes; e, com aumento considerável nos dois últimos anos, roubo a agências dos Correios.

Tal cenário levou esta unidade a estabelecer como estratégias de atuação o fortalecimento dos Núcleos de Análise já instalados nas delegacias especializadas, e criação de dois novos. Foram criados em 2012 os Núcleos de Análise da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH e do Grupo de Repressão aos Crimes Financeiros – GRFIN, recém instalado na organizacional da Delegacia de Combate ao Crime Organizado – DRCOR, delegacia que coordena as atividades de polícia judiciária da Superintendência. Também foi ampliada a capacidade operacional da Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE, mediante a instalação de um Escritório Avançado de Inteligência e Operações Policiais no interior do Estado, onde se pretende manter operação permanente que integre o cronograma nacional da Diretoria de Combate ao Crime Organizado do DPF – DICOR/DPF.

Nessa mesma linha de atuação, a gestão local buscou fortalecer nesse exercício os Núcleos de Análise da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT (Delegacia responsável pelas investigações a roubo a agências dos Correios), e Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV.

No que se refere aos recursos humanos da carreira policial federal, notadamente das categorias de Agentes, Escrivães e Peritos, diante da carência de efetivo e na impossibilidade momentânea de se prover os claros de lotação com servidores egressos dos cursos de formação ministrados pela Academia Nacional de Polícia do DPF, a estratégia adotada, a título precário, foi a mobilização via recrutamento junto aos órgãos centrais e unidades descentralizadas de outras unidades da Federação. As dificuldades ocasionadas pela carência de efetivo ainda foi intensificada com o movimento de paralisação dos servidores dos cargos de Escrivão, Papiloscopista e Agente, segundo semestre do ano passado.

As estratégias estabelecidas, mesmo com as dificuldades de carência de efetivo, proporcionaram deflagração de diversas operações policias, as quais são citadas no item abaixo; incremento às operações ainda em andamento; substâncias para implementação de novas operações, também em andamento; instrução, instauração e conclusão de Inquéritos Policiais; e ainda deflagração de flagrantes e prisões.

3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Na execução do Plano de Metas/2012 desta Superintendência, em razão do reduzido efetivo de pessoal tanto da carreira policial federal quanto do quadro de apoio e do contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros, o planejamento não pode ser alcançado em sua totalidade. Algumas metas não puderam ser alcançadas, ou foram alcançadas parcialmente, assim como certas ações tiveram de ser preteridas em detrimento de outras julgadas oportunas para o enfrentamento de situações que a dinâmica da atuação policial fez surgir no curso da execução. Foram estabelecidas 89 metas para toda a UJ.

Na área administrativa, do total de 53 metas estabelecidas, 27 foram satisfatoriamente alcançadas, sendo essas priorizadas pelo alto grau de relevância, ficando as demais prejudicadas.

Na atividade operacional 36 metas foram atingidas no todo ou em parte, de um universo de 89 metas previstas, ficando as demais prejudicadas, quer por necessidade de adequação do planejamento, quer por terem sido tratadas, por força da priorização imposta pelas circunstâncias, como secundárias, de natureza suplementar ou complementar. O certo é que no geral tal fato não impediu a consecução dos objetivos estratégicos inicialmente propostos.

Mesmo diante das dificuldades narradas, podemos afirmar categoricamente que o resultado da gestão durante o exercício de 2012 foi altamente satisfatório, uma vez que as ações executadas possibilitaram a deflagração de diversas operações policiais, entre as quais destacamos,

pelo vulto e magnitude de seus resultados:

a) Operação Encomendas: desarticulação de quadrilha especializada na subtração/extravio de correspondências e encomendas contendo vários tipos de mercadorias, especialmente notebooks, tablets, aparelhos celulares de alto valor comercial, máquinas fotográficas, entre outros, postados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT;

b) Operações Nosferatu: desarticulação de quadrilha que desviava recursos públicos do Sistema Único de Saúde – SUS, mediante a inserção de falsos fornecedores na lista de pagamentos da Secretaria de Saúde do Estado;

c) **Operação Gangrena**: desarticulação de quadrilha que desviava recursos públicos do Sistema Único de Saúde – SUS, descentralizados para a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI entre 2009 e 2012, com prejuízos estimados em cerca de 7 milhões de reais. As investigações contaram com a participação de auditores da Controladoria Geral da União – CGU;

d) **Operação Pioneiros**: investigar e debelar contumazes traficantes de drogas no estado do Piauí, rotas e modus operandi para transporte e distribuição de entorpecentes, estrutura do bando e patrimônio obtido a partir do ilícito.

e) **Operação Precursores**: investigar e reprimir tráfico de drogas provenientes do estado de São Paulo e destinadas a comercialização em Teresina-PI e circunvizinhanças.

f) **Operação Apiários**: Produzir conhecimento estratégico na região centro-sul do estado do Piauí acerca da incidência de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e delitos correlatos.

g) **Operação Caravelas**: Deflagrada pela Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI – DPF/PHB/PI, teve por objetivo debelar quadrilha composta por traficantes europeus dedicados ao tráfego internacional de drogas. Resultou na apreensão de 273 Kg de cloridrato de cocaína, moeda estrangeira e uma embarcação tipo Iate.

h) **Operação Eleições/2012**: desencadeada pela Delegacia de Defesa Institucional – DELINST, em atuação conjunta da Polícia Federal com o Ministério Público, Justiça Eleitoral, Exército e demais órgãos que atuam na segurança pública do Estado, com o objetivo de garantir a segurança, legalidade e lisura das eleições municipais em 2012.

i) **Operações de Barreira Policial**: realização de barreiras, vigilância e campanas para impedir a entrada de drogas no Estado oriundas de outros pontos da federação. Teve como resultado a apreensão de cerca de 700Kg de substâncias entorpecentes.

j) **Operação de Barreira Postal**: Foi levada a efeito no exercício de 2012 uma intervenção no Centro de Distribuição dos Correios em Teresina/PI, para identificar, com o auxílio de cães farejadores, eventuais postagens de substâncias entorpecentes disfarçadas de correspondências e/ou encomendas postais.

l) **Operação de Bloqueio Aeroportuário**: foi realizada intervenção e fiscalização nos voos comerciais que chegam ao Aeroporto de Teresina, a fim de apreender drogas e outros produtos ilícitos. Tal atividade conta com a apoio do canil da Polícia Rodoviária Federal e policiais federais lotados na DELEMIG/SR/DPF/PI.

Em termos numéricos, as atividades cartorárias da sede, em Teresina/PI e da DPF/PHB/PI, em Parnaíba/PI registraram a instauração de 1.204 inquéritos, com 951 indiciamentos, e de 23 termos circunstanciados. Nas duas unidades foram relatados 1.081 IPLs, restando em andamento outros 1.361.

Dentre os diversos resultados obtidos no decorrer do exercício, além das operações acima indicadas, merecem destaque, nas circunscrições da SR/DPF/PI e da DPF/PHB/PI, os seguintes:

- prisão em flagrante (10/05/2012) de 6 integrantes de um grupo especializado na prática de roubos e assaltos a agências dos Correios e caixas eletrônicos de instituições bancárias;

- prisão em flagrante (02/07/2012) de um elemento que transportava 109 tabletes de maconha (98,4 Kg) destinados à comercialização no município de Oeiras/PI;

- prisão de três elementos após assalto à agência dos correios na cidade de

Beneditinos/PI, com os quais foram apreendidos armas, munições, dinheiro, telefones celulares, uniformes dos correios, objetos roubados e outros materiais utilizados no assalto;

- apreensão de 69 unidades de crack na circunscrição de Parnaíba/PI;

- prisão em flagrante (28/08/2012) de 05 elementos, dos quais dois italianos, um português e dois brasileiros, integrantes de uma quadrilha especializada em tráfico internacional de drogas. A abordagem se deu em alto mar, quando os policiais federais, com o apoio da Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, interceptaram a embarcação suspeita e encontraram 270 Kg de cocaína escondida em seu interior. Além da embarcação e das drogas, foram apreendidos também dois veículos que estavam sendo utilizados como apoio pela quadrilha.

3.4 INDICADORES

O Departamento de Polícia Federal definiu dois indicadores institucionais: Taxa de Conclusão de Inquérito Policial e Prazo Médio para Conclusão de Inquérito Policial, registrados no PPA 2012/2015, conforme metodologia, utilidade, mensurabilidade e análise descritas abaixo:

3.4.1. Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais – Resultado obtido: **89%**

a) Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdicionada no exercício e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2011 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice (superior a 80%), melhor.

b) Utilidade: medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no exercício. O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.

c) Mensurabilidade: Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, o índice inferior a 80% não retrata necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

d) Análise: Todos os esforços são dirigidos para manter o índice acima dos 100% na UJ, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento. As ações de correição, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço. Desta forma, na média global, o índice foi superior ao esperado que era de 80%, demonstrando aumento da trajetória descendente no número total de inquéritos e o devido cumprimento das metas estabelecidas.

3.4.2. Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais – Resultados obtidos: DPF/PHB/PI = 390 DIAS e SR/DPF/PI = 237 DIAS

a) Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas).

b) Utilidade: medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.

c) Mensurabilidade: O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que a

taxa de conclusão, possui razoável mensurabilidade: trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo aditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir uma exata mensuração da produtividade, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Os demais índices relativos à Polícia Judiciária dependem de fatores de elevada complexidade, os quais devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração de operações policiais. Ainda nesse sentido, são relevantes as representações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

d) Análise: O indicador supra não possibilita apurar a realidade do que ocorre, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor, não permitindo uma exata mensuração da produtividade. O índice foi previsto para o Órgão, de forma global.

Além desses indicadores essa Superintendência Regional, considera, ainda, como parâmetro para acompanhamento e análise dos resultados de suas atividades os dados estatísticos relativos a Relação Notícias-Crimes registradas x IPLs instaurados; Relação IPLs Instaurados x IPLs relatados e Relação arrecadação Funapol (DELEMIG/DELESP/DELEAQ) 2012 x 2011.

Desta forma, também, temos os seguintes resultados:

a) NOTÍCIAS-CRIMES REGISTRADAS: 1.173 x IPL's INSTAURADOS: 1.024 = Relação percentual: 102,64%

Cumpre esclarecer que o excedente de 2,64% refere-se a notícias-crimes registradas no exercício de 2011, cuja instauração de inquérito somente veio a ocorrer em 2012.

b) IPL's INSTAURADOS: 1.204 x IPL's RELATADOS: 1081 = Relação percentual: 90%

Nesse indicador deve ser considerado o fato de que 2012 foi ano de eleições municipais, o que implica, naturalmente, o acréscimo considerável do número de inquéritos instaurados.,

c) ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO FUNAPOL 2012 x 2011:

UNIDADE ARRECADADORA	EXERCÍCIO		Relação %
	2012	2011	
DELEMIG	R$ 1.060.438,08	R$ 1.098.938,59	96,50
DELESP	R$ 394.762,73	R$ 329.502,23	119,81
DELEAQ	R$ 94.040,00	R$ 92.782,40	101,36
TOTAIS	R$ 1.551.252,81	R$ 1.521.223,22	101,97

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos índices apresentados, está em processo de construção outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022). Esse

documento foi a diretriz utilizada pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo foi realizado reunião em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se prestem a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Esta unidade jurisdicionada não dispõe em seu organograma de um setor específico com atribuições típicas de controle interno da gestão, não obstante, por meio de portaria designou as atribuições de realização das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão, conforme Instrução Normativa 06/2007, TCU que disciplina tais procedimentos, a duas servidoras, cujo exercício desta função fica diretamente subordinada ao Superintendente Regional – ordenador de despesas.

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, decorrentes dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A Conformidade dos Registros de Gestão consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações.

Paralelamente, outros atos de controles são exercidos por servidores designados em portaria, como por exemplo, gestão de contratos, patrimonial, financeira e orçamentária, dentre outras.

Cumpre esclarecer, que todas essas ações de controle, de uma forma ou outra, são orientadas e acompanhadas pela Setorial Contábil do DPF.

4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO II - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	***VALORES***				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				**X**	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			**X**		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				**X**	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		**X**			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			**X**		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**X**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**X**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		**X**			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			**X**		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**X**	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			**X**		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**X**	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		**X**			

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				**X**	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			**X**		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				**X**	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**X**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				**X**	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			**X**		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				**X**	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				**X**	
Análise Crítica: Descrever qual a metodologia utilizada, isto é, qual macroprocesso foi escolhido e de que forma foi analisado para a obtenção da resposta aos questionários.					
Escala de valores da Avaliação: **(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**. **(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**. **(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.					

4.2.1 Análise Crítica

Levando-se em consideração o macroprocesso Competência/Atribuição da Corregedoria, pode-se dizer que o controle de gestão realizado na SR/DPF/PI é baseado tanto em normas expedidas pelo próprio órgão como também são observadas legislações externas.

É inegável que a realização de controle na gestão é salutar e necessária, entretanto sempre que se fala em regras, controle, os servidores apresentam naturalmente uma resistência e este talvez seja um dos maiores desafios dos administradores, pois não bastam as regras formais postas, há a necessidade de conscientização dos servidores de que os controles não servem apenas para travar, atrapalhar, a realização dos trabalhos ordinários, como muitos podem pensam, mas na verdade quando se faz um controle rígido no campo de atuação o resultado é o aumento da confiabilidade deste ente.

Assim, por exemplo, quando um ente público tem uma corregedoria forte, atuante, isto gera mais credibilidade para as ações daquele órgão, pois o público em geral presumirá naturalmente que os servidores daquele órgão agem com respeito ao ordenamento pátrio.

4.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A estrutura interna do DPF está normatizada na Instrução Normativa nº 13/05, alterada pelas IN nº 17/08 e IN nº 39/10.

O órgão correcional no âmbito estadual é a Corregedoria-Regional, a qual está subordinada diretamente ao Superintendente Regional. Por sua vez, a Corregedoria-Regional (COR) possui em seu organograma dois setores subordinados, o Núcleo de Correições (NUCOR) e o Núcleo de Disciplina (NUDIS).

Cabe ao NUCOR analisar as formalidades dos procedimentos policiais, notadamente inquéritos policiais, apontando para correção de eventuais falhas encontradas, consoante a IN nº 11/2001.

O trabalho correcional é feito de maneira rotineira através da chamada Correição Parcial, sendo que no segundo semestre de cada ano é realizada a Correição Ordinária, a qual visa inspecionar além de inquéritos policiais, outros setores e documentos correlatos com a atividade de polícia judiciária, tais como livros cartorários e depósito de bens apreendidos.

No caso de ser percebida uma situação de anormalidade grave, a qualquer tempo poderá ser implantada a chamada Correição Extraordinária, a qual tem por objetivo analisar especificamente aquela parte da estrutura que está com indicativo de problema.

Questões meramente formais, que não tenham repercussão disciplinar, e constatadas na Correição Parcial, são resolvidas diretamente pelo NUCOR junto aos autores dos equívocos. Ao passo que o resultado da Correição Ordinária e Correição Extraordinária são encaminhados primeiramente para o Corregedor-Regional, deste vai para o Superintendente Regional, e ao final também são encaminhados para o órgão central denominado Corregedoria-Geral, tudo isto para conhecimento e análise de como está a unidade, e desta forma serem indicadas medidas a serem adotadas visando melhoramento e aprimoramento da atividade do órgão.

As questões que digam respeito a supostas infrações disciplinares são afetas diretamente ao NUDIS, e numa visão geral pode-se dizer que tal setor faz análise preliminar do caso concreto e encaminha ao Corregedor-Regional, o qual se manifesta, e, sendo caso de possível instauração de Processo Administrativo Disciplinar, o caso é levado para o Superintendente Regional decidir pela instauração ou arquivamento do feito.

No caso de instauração de Processo Administrativo Disciplinar, este será conduzido por uma comissão permanente de disciplina, a qual fica vinculada apenas administrativamente ao superintendente regional, e com a conclusão do trabalho o caso é novamente analisado pelo Chefe do NUDIS, Corregedor-Regional e Superintendente Regional, o qual decide pelo arquivamento ou punição do servidor.

No caso da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Piauí a composição do NUCOR é de um delegado, um escrivão e um agente administrativo, o NUDIS é composto por um delegado e um agente administrativo e a Corregedoria-Regional possui em sua lotação um delegado e um agente administrativo.

No ano de 2011 foram efetuadas 2.299 correições parciais em inquéritos policiais. No ano de 2012 este número foi de 2.183.

Em 2011 foram instaurados 04 Processos Administrativos Disciplinares, no ano de 2012 foram 03.

4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

A Superintendência regional da Polícia Federal no estado do Piauí atua em consonância com os ditames da Portaria nº 1043, de 24 de julho de 2007, da CGU, sendo certo que o Sistema CGU-PAD é rigorosamente alimentado.

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
5.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA
QUADRO III – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa *Valores em R$ 1,00*

Natureza da Movimentação de Crédito		**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas Correntes**		
		Concedente	**Recebedora**		**1 – Pessoal e Encargos Sociais**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3 – Outras Despesas Correntes**
Movimentação Interna	**Concedidos**	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	200390	0181	43.395,98	-	-
		200336	200390	2000	-	-	2.217.092,22
		200336	200390	20TP	492,77	-	-
		200337	200391	14M4	-	-	154.205,67
		200337	200391	2720	-	-	76.704,18
		200337	200391	2726	-	-	1.170.060,16
		200337	200391	2000	-	-	23.615,07
		200337	200391	4572	-	-	8.295,00
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
		Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	**Recebidos**	200336	200390	2000	81.654,00	-	-
		200337	200391	2720	4.074,10	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

5.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

5.2.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO IV – Despesas por Modalidade de Contratação – Valores Créditos de Movimentação – UG 200390 *Valores em R$ 1,00*

Modalidade de Contratação	***Despesa Liquidada***		***Despesa paga***	
	2012	***2011***	***2012***	***2011***
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**1.444.988,34**	**1.398.257,78**	**1.391.864,90**	**1.374.552,24**
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.444.988,34	1.398.257,78	1.391,864,90	1.374.552,24
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	**442.459,10**	**362.060,74**	**438.049,15**	**361.784,79**
g) Dispensa	360.180,35	297.468,17	359.310,11	297.192,22
h) Inexigibilidade	82.278,75	64.592,57	78.739,04	64.592,57
3. Regime de Execução Especial	**-**	**-**	**-**	**-**
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	**211.655,12**	**110.696,30**	**211.655,12**	**110.696,30**
j) Pagamento em Folha	n/a	n/a	n/a	n/a
k) Diárias	211.655,12	110.696,30	211.655,12	110.696,30
5. Outros	**21.248,89**	**189.707,15**	**21.248,89**	**189,707,15**
6. Total (1+2+3+4+5)	**2.120.351,45**	**2.060.721,97**	**2.062.818,06**	**2.036.740,48**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

QUADRO V – Despesas por Modalidade de Contratação – Valores Créditos de Movimentação – UG 200391 *Valores em R$ 1,00*

Modalidade de Contratação	***Despesa Liquidada***		***Despesa paga***	
	2012	***2011***	***2012***	***2011***
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**33.018,97**	**-**	**33.018,97**	
l) Convite		-	-	
m) Tomada de Preços		-	-	
n) Concorrência		-	-	
o) Pregão	33.018,97	-	33.018,97	
p) Concurso		-	-	
q) Consulta		-	-	
8. Contratações Diretas (g+h)	**8.295,00**	**3.705,00**	**8.295,00**	
r) Dispensa	8.295,00	3.705,00	8.295,00	
s) Inexigibilidade		-	-	
9. Regime de Execução Especial	**103.288,96**	**85.179,70**	**103.288,96**	
t) Suprimento de Fundos	103.288,96	85.179,70	103.288,96	
10. Pagamento de Pessoal (j+k)	**1.291.536,25**	**1.226.709,19**	**1.291.536,25**	
u) Pagamento em Folha(*)	n/a	n/a	n/a	n/a
v) Diárias	1.291.536,25	1.226.709,19	1.291.536,25	
11. Outros	**815,00**	**1.963,78**	**815,00**	
12. Total (1+2+3+4+5)	**1.436.954,18**	**1.317.557,67**	**1.436.954,18**	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

(*) O pagamento da folha de pessoal é realizado pelo Órgão Central – UG 200334, os valores serão informados no Relatório de Gestão do DPF.

5.2.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO VI – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação - UG: 200390 *Valores em R$ 1,00*

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Despesas de Pessoal	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
08 – Outros Benefícios Assistenciais	43.395.98	-	43.395,98	-	-		43.395,98	-
09 – Despesas de Exercícios Anteriores	492,77	-	492,77	-	-		492,77	-
3. Outras Despesas Correntes								
39 – Outros Serv. de Terceiros – P.Jurídica	673.722,63	955.723,38	621.810,43	558.762,29	51.912,20	396.961,09	614.395,23	541.946,69
37 – Locação de Mão-de-Obra	601.432,08	535.136,21	598.477,06	535.136,21	2.955,02	-	560.932,56	535.136,21
30 – Material de Consumo	378.862,41	496.679,61	322.431,36	336.148,62	56.431,05	160.530,99	316.785,71	329.543,71
Demais elementos do grupo	563.075,10	484.049,68	562.566,60	460.831,93	508,50	23.217,75	555.638,56	460.270,95
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
52 – Equip. e Material Permanente – Op.Intra.Orç.	81.654,00	318.146,73	15.066,00	169.842,92	66.588,00	148.303,81	15.066,00	169.842,92

Fonte: SIAFI GERENCIAL

QUADRO VII – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação - UG: 200391 *Valores em R$ 1,00*

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
3. Outras Despesas Correntes	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
14 – Diárias – Pessoal Civil	1.291.536,25	1.226.709,19	1.291.536,25	1.226.709,19	-	-	1.291.536,25	1.226.709,19
36 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	49.514,26	31.604,65	49.514,26	31.604,65	-	-	49.514,26	31.604,65
33 – Passagens e Despesas com Lomoção	33.018,97	-	33.018,97	-	-	-	33.018,97	-
Demais elementos do grupo	58.810,60	53.804,25	58.810,60	53.804,25	-	-	58.810,60	53.804,25
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
52 – Equip. e Material Permanente – Op.Intra.Orç.	4.074,10	10.831,40	4.074,10	4.411,40	-	6.420,00	4.074,10	4.411,40

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.2.1.3 Análise Crítica

A SR/DPF/PI, por não ser uma Unidade Orçamentária, recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF, na Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. As despesas correntes na UG: 200390 – Tesouro, totalizaram R$2.260.980,97, sendo as despesas mais expressivas relacionadas à contratação de serviços de terceiros (telefonia fixa e móvel, águas e esgotos, energia elétrica, dentre outros) e locação de mão de obra (serviços de limpeza, vigilância e copeiragem). Quanto às despesas de capital – investimentos - no valor de R$81.654,00, dizem respeito à aquisição de equipamentos de informática, para atender pequena parte da demanda desses equipamentos. Na UG: 200391 – FUNAPOL – as despesas correntes totalizaram R$1.432,880,08, sendo que 85,61% dessas despesas corresponde a diárias, as demais estão relacionadas a suprimentos de fundos para atender as diversas operações policiais, apenas R$4.074,10, destinaram-se a investimentos, pequenas aquisições por suprimento de fundos para atender demandas emergenciais e imprescindíveis relacionadas as operações policiais em curso.

Indiscutivelmente, os créditos orçamentários disponibilizados são insuficientes para atender as demandas de serviços, materiais e equipamentos, contudo, o entrave não se encontra apenas na liberação de recursos orçamentários, como também, na disponibilização de servidores com conhecimentos técnicos especializados para atuar na área de licitações e contratos e atender as demandas de licitações da unidade, de forma a garantir a efetiva utilização dos recursos, pois além de não termos pessoal suficiente no quadro, ainda temos que disponibilizar servidor para dar suporte nestas atividades da Sede. Situação esta que só será solucionada através da abertura de concurso público para, pelo menos, repor o quantitativo de servidores que abriram vacância por assumir em outros órgãos.

As principais demandas registradas no exercício sem aporte de recursos orçamentários e humanos para viabilizar as contratações são serviços, principalmente aqueles relacionados à manutenção predial, tendo em vista que a Sede desta Superintendência encontra-se em um imóvel antigo com diversos problemas hidráulicos, elétricos, dentre outros, bem como de materiais de consumo e permanente mais específicos para atendimento das demandas da atividade fim e meio.

Não há expressivas alterações nos valores executados no exercício de 2012 em relação a 2011 no que diz respeito às modalidades de contratação, exceto nas despesas com diárias cujo contingenciamento, especialmente na UG:200390 – Tesouro, foi menos impactante que no exercício de 2011.

Sem sombra de dúvidas, no exercício de 2012 o grande impacto foi em relação ao orçamento para investimentos, se comparado com 2011, desta forma as Delegacias, Núcleos e Setores desta Superintendência Regional encontram-se com grande demanda por equipamentos e materiais permanente reprimida que impactam seriamente nas atividades fim e de apoio.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

6.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO VIII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG: 200390 *Valores em R$ 1,00*

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	1.030.099,45	118.401.72	911.697,73	0,00
2010 (*)	880,00	880,00	-	0,00

Fonte: SIAFI

(*)Vr. Transferido automaticamente do exercício 2011 da UG: 200391.

QUADRO IX - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG: 200391 *Valores em R$ 1,00*

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	6.420,00	0,00	6.420,00	0,00

6.1.2 Análise Crítica:

O expressivo montante inscrito no exercício de 2011 diz respeito, principalmente, a créditos orçamentários liberados no fim do exercício para aquisições de materiais de expediente, equipamentos e materiais permanentes e serviços de engenharia, sendo impossível a entrega dos bens ou prestação dos serviços dentro do exercício. Contudo, no exercício de 2012, foi adotada sistemática de acompanhamento do fornecimento e execução dos serviços com fins de se garantir a efetiva liquidação das obrigações assumidas pelos fornecedores, sendo que, apenas, aproximadamente 11,50% do montante inscrito foi cancelado, esse percentual diz respeito a serviços continuados cuja estimativa de despesa foi além do realizado.

6.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS

6.2.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

6.2.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO X – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) *Valores em R$ 1,00*

Suprimento de Fundos					
Código da UG	**Nome da UG**	**Valores**			**Total Geral**
		Conta Tipo "B"	**CPGF**		
			Saque	**Fatura**	
200391	FUNAPOL	0,00	78.077,00	25.211,96	103.288,96
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	**0,00**	78.077,00	25.211,96	103.288,96

6.2.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO XI - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador *Valores em R$ 1,00*

Código da UG 1	200391 – PEQUENO VULTO	**Limite de Utilização da UG**	30.000,00		
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
ESTER BENVINDO MARTINS BARBOSA	208.204.703-25	7.200,00	2.522,00	4.312,99	6.834,99
MARCELO DE NORONHA MOURA	239.353.913-15	4.000,00	560,00	1.638,16	2.198,16
MARCELO AVELINO DE SOUSA	347.853.373-20	8.000,00	2.587,80	4.210,70	6.798,50
MARIA DAS GRAÇAS BRITO DA COSTA	373.539.931-20	6.600,00	2.140,00	2.865,36	5.005,36
YRISGEISSON FONTINELE LIMA	617.903.383-87	3.800,00	1.060,00	903,06	1.963,06
Total Utilizado pela UG			8.869,80	13.930,27	22.800,07
Código da UG 2:	200391 – REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO	**Limite de Utilização da UG:**	190.000,00		
999	999	101.000,00	69.207,20	11.281,69	80.491,89
Total Utilizado pela UG			69.207,20	11.281,69	80.491,89
Total Utilizado pela UJ			78.077,00	25.211,96	103.288,96

Fonte: NEOF/SR/DPF/PI

6.2.1.3 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO XII – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) *Valores em R$ 1,00*

Suprimento de Fundos							
Exercícios	**Conta Tipo "B"**		**Saque**		**Fatura**		**Total (R$)**
	Quantidade	**(a) Valor**	**Quantidade**	**(b) Valor**	**Quantidade**	**(c) Valor**	**(a+b+c)**
2012	n/a		150	78.077,00	31	25.211,96	103.288,96
2011	**n/a**		132	55.775,00	50	29.708,38	85.483,38
2010	**n/a**		101	40.127,00	88	24.198,53	62.838,32

Fonte: NEOF/SR/DPF/PI

6.2.1.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO XIII - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	15	103.288,96	13	85.483,38	19	62.838,32

Fonte: NEOF/SR/DPF/PI

6.2.1.5 Análise Crítica

Com fundamento na Instrução Normativa nº.49/2011- DG/DPF, que estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal, esta SR/DPF/PI vem se utilizando dos recursos por meio do CPGF nas situações expressamente previstas, especialmente aquelas relacionadas às atividades policias de caráter sigiloso. A sistemática de controle consiste na orientação e acompanhamento dos supridos na fase de aplicação e na adequada conferência das prestações de contas, através de planilha elaborada pela Setorial Contábil do DPF, com acompanhamento sistematizado quando do fechamento contábil do mês. Há de ressaltar que na modalidade pequeno vulto, embora se venha envidando esforços para reduzir os saques, tem-se encontrado óbices quanto à rede de credenciados no estado do Piauí, especialmente da cidade de Parnaíba que possui uma Delegacia de Polícia Federal e se tem constante necessidade de utilização do CPGF. Cumpre esclarecer que os Suprimentos em Regime Especial de Execução são considerados sigilosos. A UJ não utiliza a sistemática da Conta Tipo "B".

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

7.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO XIV – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	***Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro***
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**0**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	**1**
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**3**
3.1. De Oficio, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	**18**
4.1. Doença em Pessoa da Família	17
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**1**
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	1
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Removidos por Ação Judicial)	**1**
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	**24**

Fonte: **SIAPECAD**

7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO XV – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	não há	**4**	**1**	**1**
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há	4	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	4	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas	não há	**21**	**5**	**5**
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	21	5	5
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	não há	**25**	**6**	**6**

Fonte: SIAPECAD

7.1.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO XVI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12: dados informados em % por tratar-se de informação sigilosa.

Tipologias do Cargo	*Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade*								
	1	*2*	*3*	*4*	*5*	*6*	*7*	*8*	*9*
1. Provimento de Cargo Efetivo	**0**	**0**	**0,004**	**3,38**	**25,60**	**58,45**	**0**	**0**	**0**
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0,004	3,38	25,60	58,45	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	**0**	**0**	**0**	**0**	**2,41**	**9,66**	**0**	**0**	**0**
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	1,93	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	5	7,73	0	0	0
3. Totais (1+2)	**0**	**0**	**0,004**	**3,38**	**28,01**	**68,11**	**0**	**0**	**0**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPECAD

7.1.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO XVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		***Vencimentos e Vantagens Fixas***	***Despesas Variáveis***						***Despesas de Exercícios Anteriores***	***Decisões Judiciais***	***Total***
			Retribuições	***Gratificações***	***Adicionais***	***Indenizações***	***Benefícios Assistenciais e Previdenciários***	***Demais Despesas Variáveis***			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	***2012***	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2011	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2010	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	***2012***	21.093.957,99	4.847,71	1.773.275,77	741.104,59	712.128,11	1.036.199,95	47.916,00	5.484,04	241.407,89	25.656.322,05
	2011	20.336.695,80	1.037.861,46	1.725.692,78	746.138,77	593.532,24	699.052,48	700.010,02	0,00	192.937,13	26.031.920,68
	2010	20.798.851,87	5.308,40	1.748.329,90	905.213,54	34.076,62	683.190,64	874.984,28	2.335,82	146.676,05	25.198.967,12
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	***2012***	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2011	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2010	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	***2012***	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2011	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2010	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	***2012***	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2011	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2010	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	***2012***	890.442,90	78.691,94	80.629,96	32.689,51	14.896,00	7.068,00	858,00	1.131,76	1.300,88	1.107.708,95
	2011	836.006,64	63.261,17	75.900,74	12.788,35	3.823,00	1.722,00	21.693,20	0,00	5.046,78	1.020.241,88
	2010	868.654,62	76.152,68	78.428,54	29.729,27	0,00	34.411,27	26.768,99	208,70	11.439,55	1.125.793,62
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	***2012***	3.276.510,36	69.479,96	293.637,22	125.460,97	77.025,52	83.918,58	0,00	748,22	9.866,31	3.936.647,14
	2011	2.783.958,24	55.414,40	311.266,18	103.182,93	50.979,49	24.391,70	85.468,55	0,00	15.557,13	3.430.218,62
	2010	3.370.564,28	69.820,49	286.701,24	119.320,59	978,50	34.618,26	92.774,06	1.743,52	18.974,37	3.995.495,31

Fonte: SRH/SR/DPF/PI

7.1.5 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

7.1.5.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO XVIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	**Quantidade**	
	De Servidores Aposentados até 31/12	**De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência**
1. Integral	**82**	**3**
1.1 Voluntária	65	2
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	17	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	**18**	**0**
2.1 Voluntária	13	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	5	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	**100**	**3**

Fonte: SIAPECAD

7.1.5.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO XIX - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ														
UG/Gestão: 200390					**CNPJ: 00.394.494/0034-02**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	V	O	**05**	**01.668.768/0001-09**	**01/04/2011**	**31/03/2013**	**06**	**06**	**07**	**07**	**01**	**01**	P
2011	L	O	**06**	**10.820.620/0001-20**	**01/04/2011**	**31/03/2013**	**05**	**05**	**04**	**04**	**-**	**-**	P
2011	L	O	**09**	**05.695.725/0001/65**	**01/04/2011**	**31/03/2013**	**01**	**01**	**01**	**01**	**-**	**-**	P
Observações:														
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: **SELOG/SR/DPF/PI**

7.1.5.3 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO XX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ														
UG/Gestão: 200390					**CNPJ: 00.394.494/0034-02**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	4	O	**07**	**10.820.620/0001/20**	**01/04/2011**	**31/03/2013**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	P
Observações:														

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigdistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SELOG/SR/DPF/PI

7.1.5.4 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO XXI - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	**17**	**20**	**20**	**21**	**36.815,03**
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	17	20	20	21	36.815,03
2. Nível Médio	**24**	**22**	**24**	**28**	**32.163,97**
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	24	22	24	28	32.163,97
3. Total (1+2)	**41**	**42**	**44**	**49**	**68.979,00**

Fonte: SRH/DPF/PI

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

8.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

No âmbito do Departamento de Polícia Federal, a Instrução Normativa n$^{o.}$ 03/2009 – DG/DPF, disciplina a classificação, identificação, o registro, o licenciamento, o controle, o uso, a guarda e a responsabilização acerca dos veículos terrestres, automotores oficiais pertencentes ao patrimônio da Policia Federal, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa nº 003/2008, de 15/05/2008, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, relativa ao controle geral de veículos oficiais.

8.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

A utilização dos meios de transporte disponíveis na atualidade é imprescindível para o êxito das atividades desempenhadas por particulares e por órgãos e/ou instituições de natureza pública ou privada em qualquer parte do mundo. No caso do Departamento de Polícia Federal, não é diferente. Há a necessidade constante de deslocamentos rápidos de curta ou longa distância para a realização de diligências e operações nos mais diversos pontos do país. Desta forma, a utilização de viaturas adequadas para esse mister assume importância vital para as atividades do órgão em âmbito nacional. No caso da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí, além dos veículos convencionais ostensivos e não ostensivos que se deslocam via terrestre, o serviço já demanda a utilização de embarcação marítima, notadamente no que tange ao policiamento da costa litorânea do Estado. Em outras unidades da federação, a Polícia Federal utiliza também transporte aéreo pertencente ao seu acervo patrimonial para os casos em que esse meio mostra-se mais eficiente.

No dia-a-dia, observa-se ser imprescindível, tanto na área-fim quanto na área de logística, como em qualquer outro órgão da administração pública federal direta ou indireta, a utilização de uma frota de veículos em condições de responder prontamente às necessidades que o mundo contemporâneo impõe à instituição policial, no sentido de "encurtar" distâncias, bem como minimizar o tempo gasto na realização dos diversos percursos.

Assim, muitas das atividades que hoje a Polícia Federal desempenha seriam inviabilizadas, caso inexistissem meios de transporte próprios e adequados ao serviço do aparelho policial. A título de exemplo, podem ser destacados a simples entrega de expedientes, a condução de presos, o deslocamento de tropas em operações, a perseguição a agentes da criminalidade em fuga e a segurança de dignitários, dentre outras atividades não menos importantes.

8.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional, bem como sua totalização por grupo e geral:

Informações resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69/2012. Caso necessário estarão à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega.

8.1.4 Média anual de quilômetros rodados: 8.205,58 km, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra.

8.1.5 Idade média da frota, por grupo de veículos:

A idade média da frota que trata o item 8.1.3, é aproximadamente 4 anos, porém, considerando a natureza do trabalho policial, veículos em utilização com idade superior a 5 anos necessitam de substituição imediata.

8.1.6 Custos associados à manutenção da frota:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$
COMBUSTÍVEL	176.082,75
PEÇAS E MANUTENÇÃO	153.560,47
PESSOAL	517.090,63

8.1.7 Plano de substituição da frota:

Informações resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69/2012. Cumpre esclarecer que as substituições da frota ocorre de forma centralizada pelo DPF.

8.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

A aquisição e manutenção de frota própria para atender as necessidades da unidade jurisdicionada se justifica pelo quesito segurança institucional, aliada ao princípio da economicidade. Como fator de segurança, pode-se destacar o fato de que, em tese, a colocação e retirada dos veículos em operação, bem como a manutenção, conservação e reparo das viaturas constitui-se em processo de conhecimento restrito, sob a supervisão direta de preposto do órgão. Quanto à economicidade, a aquisição da frota e os serviços de manutenção, conservação e reparos são objeto de procedimento licitatório em quantidades que estimulam preços competitivos, quando não são diretamente realizados pelo próprio órgão. A terceirização da frota para uso policial além de temerária é mais onerosa para a administração, posto que o serviço prestado por empresas locatárias visa tão somente à obtenção de lucro.

8.1.9 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

O controle da frota é realizado pelo Núcleo de Transporte - NUTRAN, que não está formalmente na estrutura organizacional, mas fisicamente faz a gestão interna da frota. Esse núcleo está subordinado diretamente ao Núcleo Administrativo.

Para o controle da utilização da frota é utilizado o sistema SIGEPOL, através do qual se faz autorizações de uso, entrada e saída.

O controle de manutenção e abastecimento é feito pelas empresas: ECOFROTAS: Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hom Ltda - e Ticket S/A, respectivamente, através de software de gestão da frota. Cumpre esclarecer que o controle dos serviços de gestão de manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento de combustível é efetuado por fiscais de contrato, conforme estabelecido na legislação.

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO XXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		**QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ**	
		EXERCÍCIO 2012	**EXERCÍCIO 2011**
BRASIL	**PIAUÍ**	**4**	**4**
	Teresina	**2**	**2**
	Parnaíba	**2**	**2**
Total Brasil		**4**	**4**

Fonte: SPIUNET

8.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO XXIII – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200390	1153.00075.500-4	13	REGULAR	N/D	01/07/2011	853.930,23	-	1.537,36
200390	1153.00076.500-0	13	REGULAR	N/D	01/07/2011	385.044,81	-	-
200390	1219.00065-500-6	13	REGULAR	N/D	06/07/2011	3.700.000,00	-	-
200390	1219.00224.500-0	13	REGULAR	N/D	29/05/2012	3.127.854,31	-	4.456,24
Total							-	5.993,60

Fonte: SPIUNET

8.2.3 – Análise Crítica

Os bens imóveis pertencentes a esta Superintendência passaram por avaliação no exercício 2011 e 2012, a avaliação foi possível em parceria com a Caixa Econômica Federal que elaborou os laudos de avaliação. Sem sombra de dúvidas, a maior dificuldade enfrentada por esta Superintendência diz respeito a orçamento e pessoal para contratação dos serviços de manutenção predial que tem impacto significativo sobre as atividades fim e meio. Espera-se que em 2013 esta dificuldade seja vencida com a licitação e contratação de empresa especializada em manutenção predial. Cumpre esclarecer que esta UJ não possui nenhum imóvel locado de terceiros.

O imóvel no qual se encontra a Sede desta Superintendência Regional, situado na Avenida Maranhão 1022, Centro/Norte – Teresina, não possui mais espaço físico suficiente para atender as demandas desta Superintendência, neste sentido, tem-se buscado continuamente garantir a construção de uma nova sede no terreno localizado na Av. João XXIII, Bairro dos Noivos, próximo ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO XXIV – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

			Quesitos a serem avaliados
			1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:
X			Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
			monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X			Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X		aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	X		aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	X		aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X		aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
			aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
			aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X			Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X			Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X			Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
			2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:
X			Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X			Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X			Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X			Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
			Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
			Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X			Os indicadores e metas de TI são monitorados.
			Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
			Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
			3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:
X			Auditoria de governança de TI.
			Auditoria de sistemas de informação.
			Auditoria de segurança da informação.
			Auditoria de contratos de TI.
			Auditoria de dados.
			Outra(s). Qual(is)? _____
			Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
			4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:
			A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X			A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X			A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
			A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X			O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X			O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X			O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
			O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
			O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
			O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
			O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____

5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
( ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
( ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
( ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
( ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
O Plano Estratégico da Polícia Federal não contempla indicadores e metas. Porém, está em execução o Projeto "Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010-2022)", cujo objetivo é o desenvolvimento e a implantação de técnicas para monitoramento do alcance dos objetivos institucionais.	

9.1.2 Análise Crítica

A Gestão de Tecnologia da Informação é feita de forma centralizada na Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/DPF, tendo sido as informações acima encaminhadas por aquela Coordenação, as quais comporão o Relatório de Gestão do DPF. Cumpre esclarecer que inexiste qualquer contratação de serviços de TI no âmbito desta UJ.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO XXV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Resposta: Preferência por materiais com características adicionais atóxico e biodegradável; no caso de lápis, preferência pelo o do tipo ecológico HB n.º 2, composição do corpo: mínimo de 40% de poliestireno reciclado, sem madeira; na aquisição de pilhas e baterias, preferência por aquelas cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA n° 401, de 04/11/2008; no caso de aquisição de aparelho de ar condicionados, preferência por aqueles que possuem eficiência energética Classe A (Inmetro) e utilização de gás ecológico.	**SIM**				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Os critérios de licitações sustentáveis e gestão ambiental veem sendo utilizados por esta unidade nos últimos três anos.				**X**	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					**X**
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				**X**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? No que diz respeito a serviços de engenharia, estipulou-se o critério que se houver uso de madeira no serviço essa madeira deverá ter certificação ambiental.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Licitações com exigência na aquisição de aparelhos que possuem eficiência energética Classe A (Inmetro).					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				**X**	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Resposta: no caso de Lápis, preferência pelo o do tipo ecológico HB n.º 2, composição do corpo: mínimo de 40% de poliestireno reciclado, sem madeira;					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	**X**				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? A unidade não processou licitações para viaturas, as aquisições estão sendo centralizadas na Sede do DPF.	**Sim ( )**		**Não (X)**		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	**X**				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					**X**
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto					**X**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
ambiental. A exemplo, vejamos os critérios adotados no Pregão 04/2011: - obrigações da licitante a ser contratada elencadas no Termo de Referência, nos termos do Decreto n° 5.975, de 2006, e Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente), a contratada se obriga a utilizar madeira de procedência legal, bem como adote procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. (Resolução nº 307, de 05/07/2002, do CONAMA) e ainda. - Adotar procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil de acordo com a Resolução nº 307, de 05/07/2002, do CONAMA; - Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação dos serviços; - Observar as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization), relativas a sistemas de gestão ambiental (art. 4°, § 4°), quando for o caso; - A contratada para todos os efeitos não utilizará na obra materiais na forma fibrosa dos silicatos minerais pertencentes aos grupos de rochas metamórficas das serpentinas, isto é, a crisotila (asbesto branco), e dos anfibólios, isto é, a actinolita, a amosita (asbesto marrom), a antofilita, a cricidolita (asbesto azul), a tremolita ou qualquer mistura que contenha um ou vários destes minerais.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				**X**	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Foi criada a Campanha Dicas Verdes – Como você pode ajudar o meio ambiente. Trata-se de uma campanha de conscientização dos servidores. Foram realizadas reuniões com todos os servidores no auditório, distribuição de memorando circular sobre o assunto.					**X**
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Campanha Dicas Verdes citada no item anterior					**X**
Considerações Gerais: *Considerações Gerais: Verificamos que alguns produtos com exigência de proteção ambiental ficaram desertos ou os preços ofertados foram superiores às cotações feitas pela unidade.*					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO XXVI – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	**Ano de Adesão**	**Resultados**
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Papel	1.070	910	680	11.063,80	8.372,00	5.929,60
Água	3.555	1.942	2.145	35.984,00	22.164,80	22.328,90
Energia Elétrica	720.348	660.069	623.129	314.580,05	259.509,15	260.382,08
			Total	361.627,85	290.045,95	288.640,58

Fonte: SELOG/SR/DPF/PI

11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

11.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO XXVII - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ					1154
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	028.613/2011-2	2380/2012 – TCU	1	DE	Ofício 424/2012-TCU/SECEX-PI
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ					**1154**
Descrição da Deliberação					
1. Adotar critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações de bens, serviços e obras					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SELOG/SR/DPF/PI					1154
Síntese da Providência Adotada					
Nos editais de contratações de bens, serviços e obras de 2012, buscou-se contemplar os requisitos de sustentabilidade ambiental com fins de cumprimento da decisão emanada do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Contratações com atendimento dos requisitos de sustentabilidade ambiental.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Tem-se observado que vários itens para os quais foram estabelecidos critérios de sustentabilidade ambiental, tem ficado deserto nas licitações, bem como que os preços para itens que atendam critérios de sustentabilidade ambiental tem- se mostrado superiores para a Administração. Outro aspecto é quanto à própria dificuldade em se estabelecer critérios de sustentabilidade.					

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO XXVIII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ					1154
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	028.613/2011-2	2380/2012 – TCU	1	DE	Ofício 424/2012-TCU/SECEX-PI
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ					**1154**
Descrição da Deliberação					
1. Realizar descarte de resíduos recicláveis pelos órgãos da administração pública federal, direta e indireta, em conformidade com o disposto no Decreto 5.940/2006.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável					1154
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A SR/PI, embora tenha adotado a separação dos resíduos recicláveis, quando da coleta do lixo pela Prefeitura não há tratamento diferenciado o que inviabiliza o descarte e a reciclagem. Foi instituída nova Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável para sistematizar essas ações no exercício de 2013, uma vez que os membros da antiga comissão encontraram-se dificuldades em razão de outras atividades desenvolvidas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Dado o reduzido número de servidores na SR/PI e a grande demanda de serviços, algumas ações tornaram-se inviáveis no exercício de 2012. Outro aspecto, é a destinação dos resíduos, uma vez que foi feito contato coma Associação dos Agentes Ambientais de Teresina e esta só recebe papel para reciclagem, os demais materiais recicláveis como: plásticos e alumínio ficam sem possibilidade de destinação.					

11.1.3 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO XXIX - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ			1154
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
3	201108804	1.1.4.2	Ofício nº.22.656/CGU-Regional/PI/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ			**1379**
Descrição da Recomendação			
1.1.4.2: 1. Institua Comissão de Coleta Seletiva Solidária; 2. Implante a separação dos resíduos recicláveis descartados , na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária. 3. Implemente ações de publicidade de utilidade pública, que assegurem a lisura e igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável			1154
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A SR/PI, embora tenha adotado a separação dos resíduos recicláveis, quando da coleta do lixo pela Prefeitura não há tratamento diferenciado o que inviabiliza o descarte e a reciclagem. Foi instituída nova Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável para sistematizar essas ações no exercício de 2013, uma vez que os membros da antiga comissão encontraram-se dificuldades em razão de outras atividades desenvolvidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dado o reduzido número de servidores na SR/PI e a grande demanda de serviços, algumas ações tornaram-se inviáveis no exercício de 2012. Outro aspecto, é a destinação dos resíduos, uma vez que foi feito contato coma Associação dos Agentes Ambientais de Teresina e esta só recebe papel para reciclagem, os demais materiais recicláveis como: plásticos e alumínio ficam sem possibilidade de destinação.			

11.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

11.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO XXX – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	**Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93**	**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	**Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função**	**Final do Exercício Financeiro**
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	**0**
	Entregaram a DBR	0	0	**0**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	**1**
	Entregaram a DBR	0	0	**1**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	5	5	15
	Entregaram a DBR	5	5	15
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SR/DPF/PI

11.2.2 Análise Crítica

No exercício, não houve qualquer registro de ausência de entrega da DBR. Quanto ao gerenciamento, o próprio Setor de Recursos Humanos, através de servidor designado, procede à recepção das declarações dos servidores obrigados pela lei 8.730/93.

Não existe sistema informatizado na Superintendência para o gerenciamento de recepção das DBRs, nem há mecanismos na UJ com intuito de verificar a compatibilidade entre o patrimônio declarado e a remuneração percebida. Por fim, cumpre esclarecer que todas as declarações entregues são arquivadas no Setor de Recursos Humanos à disposição dos órgãos de controle.

11.3 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO XXXI – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Ivonete da Costa Sale**, responsável pela **Gestão de Contratos**, CPF n° **227.570.903-72**, Agente Administrativo, exercido na **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Teresina, 27 de fevereiro de 2013.

IVONETE DA COSTA SALE
227.570.903-72
Gestora de Contratos – SR/DPF/PI

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Em relação à aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9, a UJ realiza a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRACÃO E LOGISTICA (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. Não há bens sujeitos a exaustão.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a UJ realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio das comissões de avaliação instituída por Portarias, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Quanto às demais contas patrimoniais não previstas no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo (bens móveis) foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30. A metodologia definida no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, é a linear. Quanto às taxas utilizadas para os cálculos foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

A metodologia para avaliação foi a prevista no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e na MOC 11/2011 – DLOG/DPF.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, podemos registrar que em relação à NBC T 16.9, sob o ponto de vista contábil, a depreciação gerou uma variação passiva não orçamentária na Demonstração das Variações Patrimoniais. Sob o ponto de vista gerencial, a depreciação evidencia a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fornecendo uma base monetária mais confiável para efeito de tomada de decisões. Quanto à NBC T 16.10, sob o ponto de vista contábil, o registro da avaliação, considerando a mudança de critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, foi realizado diretamente a conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido. Sob o ponto de vista gerencial, a avaliação busca garantir a confiabilidade da base monetária dos itens avaliados, a fim de espelhar o valor justo para a tomada de decisões.

12.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.2.1 Declaração Plena

QUADRO XXXII - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí	200390

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Para emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:

a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo governo Federal;
b) o acompanhamento, a análise e as demonstrações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram pela Setorial de contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e
c) a análise dos documentos de suporte realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.
d) Os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Teresina**	**Data**	**27/02/2013**
Contador Responsável	**Miraneide Gonçalves dos Santos Veras**	**CRC nº**	**4.196**

13. RESULTADOS E CONCLUSÕES

13.1 Atuação frente aos objetivos traçados para o exercício 2012

A análise meticulosa da atuação desta unidade frente aos objetivos traçados para o exercício de 2012 permite observar que muitas dificuldades foram superadas graças ao empenho de toda a equipe de pessoal que compõe o quadro de recursos humanos desta unidade jurisdicionada. Dentre os obstáculos enfrentados podemos citar, de um lado, as limitações impostas pelo Governo Federal, que implicaram no contingenciamento dos recursos orçamentários destinados à realização de despesas de custeio e investimentos, e, de outro lado, o reduzido efetivo de servidores policiais, que sofre baixa a cada ano, à medida que novos policiais por completarem o tempo de serviço entram em inatividade. Tal quadro foi agravado com a ocorrência da greve nacional deflagrada pelas categorias de Escrivães, Papiloscopistas e Agentes de Polícia Federal, cujo longo período de paralisação impactou no resultado final da gestão durante o exercício.

Mesmo assim, foi possível registrar o incremento da atividade operacional, fato que se pode constatar a partir das estatísticas de produção dos setores afetos às áreas de polícia judiciária e administrativa, o que viabilizou a deflagração de sete operações de grande porte, como resultado do esforço desta regional no sentido de aumentar sua atuação relativa ao combate à criminalidade nas áreas de prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes; patrimônio público, com ênfase para o combate de organizações criminosas especializadas em assaltos a bancos e agências dos Correios; criação na estrutura organizacional da Superintendência do Grupo de Repressão aos crimes de lavagens de dinheiro e de bens oriundos da corrupção; combate aos desvios de verbas públicas, contrabando e descaminho, dentre outros;

Já na atividade meio, podemos destacar a atuação do Setor de Administração e Logística Policial desta Superintendência Regional, que entre as diversas medidas adotadas para melhorar o resultado da atuação dos setores da atividade fim envidou esforços junto à Diretoria de Administração e Logística Policial do órgão central, visando a obtenção de recursos orçamentários e financeiros que viabilizassem a adoção de ações para a racionalização do espaço físico interno, dentre as quais podemos citar a transferência da Delegacia de Polícia de Imigração para o Aeroporto de Teresina, reforma e adequação de algumas salas para melhor acomodação de delegacias, núcleos de apoio e outros setores e serviços; aquisição de uma embarcação para utilização nos serviços de patrulhamento da costa litorânea pela Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI; e interiorização dos serviços da Delegacia de Prevenção e Repressão ao Tráfico de Entorpecentes, mediante a instalação do Escritório Avançado de Inteligência e Operações Policiais no município de Picos/PI.

No que tange a melhoria de processos podemos destacar a utilização plena do sistema e-LOG, nos módulos Gestão de Contratos, Patrimônio e Almoxarifado, que permite maior controle e acompanhamento de contratos e bens. Outro aspecto importante foi a atualização das reavaliações e depreciações de bens patrimoniais conforme prevê a MOC 11/2009-DG/DPF.

13.1.1 – Atividades de Polícia Judiciária

13.1.1.1 Operações Policiais de Destaque

No exercício de 2012 a SR/DPF/PI deflagrou 07 (sete) operações policiais de grande vulto, entre as quais merecem destaque:

Operação Encomendas: Deflagrada em 30/05/2012, sob a coordenação da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT, teve como objeto a desarticulação de quadrilha especializada na subtração/extravio de correspondências e encomendas contendo vários tipos de mercadorias, especialmente notebooks, tablets, aparelhos celulares de alto valor comercial, máquinas fotográficas, entre outros, postados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Durante a operação, foram cumpridos seis mandados de prisão preventiva, três mandados de prisão temporária, cinco mandados de condução coercitiva e treze mandados de busca e apreensão nas cidades de Teresina/PI, União/PI, Piracuruca/PI, Guarulhos/SP e Arthur Nogueira/SP.

Os indiciados respondem por crimes de peculato, formação de quadrilha e receptação.

Operação Nosferatu, deflagrada em 01/10/2012, com o fim de desarticular quadrilha que desviava recursos públicos do Sistema Único de Saúde – SUS, mediante a inserção de falsos fornecedores na lista de pagamentos da Secretaria de Saúde do Estado;

Segundo estimativas da Controladoria Geral da União no Piauí – CGU/PI, que participou da operação, a quadrilha teria desviado cerca de R$ 10,9 milhões de recursos públicos do SUS descentralizados para a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí entre os anos de 2009 a 2012.

A investigação apontou a existência de pagamentos ilícitos feito a seis empresas, inclusive uma delas pertencente a um servidor da SESAPI, que por ser lotado em uma das gerências do órgão, facilitou o desvio dos recursos públicos em benefício próprio e dos demais membros da quadrilha.

Na operação foram cumpridos 21 mandados de busca e apreensão e 16 mandados de intimação nas cidades de Teresina/PI, Esperantina/PI, Timon/MA e Fortaleza/CE. Os indiciados respondem por crimes de formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro, dentre outros.

Operação Gangrena, deflagrada em 21/11/2012, teve como alvo a desarticulação de quadrilha que desviava recursos públicos do Sistema Único de Saúde – SUS, descentralizados para a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI entre 2009 e 2012, com prejuízos estimados em cerca de 7 milhões de reais. As investigações contaram com a participação de auditores da Controladoria Geral da União – CGU;

A investigação trouxe a público a atuação de quatro empresas fornecedoras de medicamentos para a Secretaria de Saúde do Piauí, que, entre o ilícitos praticados, manipularam licitações, cujo critério de julgamento era o menor preço por lote, ao invés de menor preço por item, reduzindo a competitividade e alijando do processo os laboratórios fabricantes que não poderiam concorrer, já que os lotes incluíam produtos estranhos aos de sua linha de fabricação; realinhamento injustificado de preços licitados em curto lapso temporal, para somente depois entregar os produtos licitados, comprovando assim o superfaturamento; superestimativa das necessidades da rede hospitalar; uso de notas fiscais frias, nos casos de omissão da entrega dos produtos faturados e falta de controle rígido no almoxarifado central da SESAPI.

Durante a operação, foram cumpridos ao todo 30 mandados de busca e apreensão, 18 conduções coercitivas para interrogatório, 23 medidas cautelares diversas, incluindo suspensão da função pública, suspensão da atividade econômica e proibição de deixar o país, assim como bloqueio de contas bancárias e arresto de bens, sendo que os protagonistas foram indiciados em crimes de formação de quadrilha, peculato, corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro, dentre outros.

Operação Caravelas: Deflagrada no final do ano de 2012 pela Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI – DPF/PHB/PI, teve por objetivo debelar quadrilha composta por traficantes europeus dedicados ao tráfego internacional de drogas. Resultou na apreensão de 273 Kg de cloridrato de cocaína, moeda estrangeira e uma embarcação tipo Iate.

13.1.2 – Estatísticas de Polícia Judiciária

DREX	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**TOTAL**
OMPs EXPEDIDAS (UN)	**145**
MANDADOS DE BUSCA CUMPRIDOS (UN)	**8**
MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS (UN)	**5**
OMPs EXPEDIDAS PARA SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS (UN)	**3**
CONDUÇÃO DE PRESOS (UN)	**33**
BARREIRAS REALIZADAS (UN)	**2**
CARTÓRIO ITINERANTE	**TOTAL**
MUNICÍPIOS ATENDIDOS (UN)	**262**
IPLs ATENDIDOS (UN)	**380**
OMPs EXPEDIDAS (UN)	**17**

CORREGEDORIA	**TOTAL**
REQUISIÇÕES DE INSTAURAÇÃO DE IPL (UN)	699
NOTÍCIAS-CRIMES INCLUÍDAS (UN)	867
MANIFESTAÇÕES DESFAVORÁVEIS (UN)	349
MANIFESTAÇÕES FAVORÁVEIS (UN)	329

NUCART	
ATIVIDADES CARTORÁRIAS - IPLs EM ANDAMENTO	**TOTAL**
IPLs EM ANDAMENTO (UN)	1092
ATIVIDADES CARTORÁRIAS	**TOTAL**
IPLs RELATADOS (UN)	**865**
IPLs INSTAURADOS (I. EXTERNA) (UN)	**703**
IPLs INSTAURADOS (I. INTERNA) (UN)	**292**
FLAGRANTE (I. EXTERNA) (UN)	**12**
FLAGRANTE (I. INTERNA) (UN)	**28**
TCOs INSTAURADOS (UN)	19

APREENSÃO DE ENTORPECENTES (UN)	**TOTAL**
COCAINA(GR)	**30.065,45**
CRACK(GR)	**152,6**
MACONHA(GR)	**515.251,96**
OUTROS ENTORPECENTES(GR)	**9.984,00**

DELEGACIA DE PARNAÍBA	
TIVIDADES CARTORÁRIAS - IPLs EM ANDAMENTO	**TOTAL**
IPLs EM ANDAMENTO (UN)	**323**
APREENSÃO DE ENTORPECENTES	**TOTAL**
COCAÍNA (KG)	**269**
CRACK (UN)	**69**
ATIVIDADES CARTORÁRIAS	**TOTAL**
FLAGRANTE (I. INTERNA) (UN)	**7**
TCOs INSTAURADOS (UN)	**4**
IPLs RELATADOS (UN)	**194**
IPLs INSTAURADOS (I. EXTERNA) (UN)	**200**
IPLs INSTAURADOS (I. INTERNA) (UN)	**8**
ATIVIDADES DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	**TOTAL**
INCLUSÃO DE BOLETINS DE DECISÃO JUDICIAL (UN)	**3**
INCLUSÃO DE BOLETINS DE DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL (UN)	**61**
INCLUSÃO DE BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL (UN)	**217**
EMISSÃO DE FOLHAS DE ANTECEDENTES CRIMINAIS (UN)	**247**
FUNCIONAL (UN)	**3**
ESTRANGEIROS (UN)	**15**
CRIMINAL (UN)	**4**
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**TOTAL**
MANDADOS DE BUSCA CUMPRIDOS (UN)	**3**
MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS (UN)	**5**
CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS	**TOTAL**
LICENÇAS RENOVADAS (UN)	**3**
POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - EMISSÃO DE DOCUMENTOS	**TOTAL**
PASSAPORTE COMUM - REGULAR (UN)	**666**
APREENSÃO DE ENTORPECENTES (UN)	**TOTAL**
COCAINA(GR)	**30.065,45**
CRACK(GR)	**152,6**
MACONHA(GR)	**515.251,96**
OUTROS ENTORPECENTES(GR)	**9.984,00**

SETEC	
ATIVIDADES TÉCNICOS-CIENTÍFICAS	**TOTAL**
INFORMAÇÕES TÉCNICAS EMITIDAS (UN)	**68**
LAUDOS PERICIAIS EMITIDOS (UN)	**549**
REQUISIÇÕES DE PERÍCIAS (UN)	**651**
EM ATENDIMENTO (UN)	**131**
OUTRAS ATIVIDADES	**TOTAL**
OUTRAS ATIVIDADES / OCORRÊNCIAS (UN)	**133**
OMP (UN)	**126**

GRUPO DE IDENTIFICAÇÃO - PAPILOSCOPIA	
ATIVIDADES DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	**TOTAL**
FUNCIONAL (UN)	**10**
ESTRANGEIROS (UN)	**180**
CRIMINAL (UN)	**100**
INCLUSÃO CASO CRIMINAL AFIS (UN)	**71**
INCLUSÃO AFIS (UN)	**1145**
REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA - RFH (UN)	**2**
DE VIGILANTES (UN)	**234**
INCLUSÃO DE BOLETINS DE DECISÃO JUDICIAL (UN)	**17**
INCLUSÃO DE BOLETINS DE DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL (UN)	**65**
INCLUSÃO DE BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL (UN)	**987**
EMISSÃO DE FOLHAS DE ANTECEDENTES CRIMINAIS (UN)	**1734**
ATIVIDADES DE PERÍCIA PAPILOSCÓPICA	**TOTAL**
INFORMAÇÕES TÉCNICAS EMITIDAS (UN)	**49**
LAUDOS DE PERÍCIA PAPILOSCÓPICA EMITIDOS (UN)	65

13.1.3 – Estatísticas de Polícia Administrativa

DELEAQ	
ATIVIDADES DO SINARM	**TOTAL**
REGISTROS EXPEDIDOS (UN)	1282
ARMAS RECEBIDAS (UN)	74
REQUISIÇÕES DE PORTE (UN)	0
PORTES EXPEDIDOS (UN)	1
CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS	**TOTAL**
LICENÇAS RENOVADAS (UN)	**13**
CADASTROS APROVADOS (UN)	**3**

DELEMIG	
POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - EMISSÃO DE DOCUMENTOS	**TOTAL**
EMISSÃO DE CARTEIRA DE ESTRANGEIRO (UN)	173
PASSAPORTE PARA ESTRANGEIRO (UN)	0
PASSAPORTE COMUM - URGENTE (UN)	0
PASSAPORTE COMUM - REGULAR (UN)	6270

DELESP	
SEGURANÇA PRIVADA - FISCALIZAÇÕES	**TOTAL**
AUTOS DE CONSTATAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO (UN)	**26**
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS (UN)	19
ENCERRAMENTO DE EMPRESA IRREGULAR (UN)	**9**
CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES (UN)	**2**
SEGURANÇA PRIVADA - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	**TOTAL**
TRANSPORTE DE VALORES (UN)	**1**
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL (UN)	**3**
SEGURANÇA PRIVADA - OUTRAS ATIVIDADES	**TOTAL**
ANÁLISE DE PROCESSOS VIA GESP (UN)	**12**
PARECERES EM ACIN E/OU PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS (UN)	**17**
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS (UN)	**50**
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS (UN)	**1446**
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS (UN)	**307**
AUTORIZAÇÃO PARA COMPRA E VENDA DE COLETES (UN)	**13**
COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS (UN)	**16**
SEGURANÇA PRIVADA - VISTORIAS	**TOTAL**
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S (UN)	**148**
VISTORIA DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE VALORES (UN)	**31**
VISTORIA DE INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA (UN)	**19**

13.2 Principais ações a serem desenvolvidas no exercício de 2013 para mitigar as dificuldades encontradas para realização dos objetivos

Os planos e projetos para o exercício seguinte propugnam a adoção de medidas que recomponham a força de trabalho, seguidas de outras que favoreçam a otimização dos controles internos, visando racionalizar ainda mais os recursos disponíveis, já que a eficiência da gestão consiste em maximizar resultados a partir das condições que as circunstâncias oferecem, tendo em vista que muitas variáveis que interferem diretamente no resultado da gestão são de natureza imprevisíveis e na maioria incontroláveis, cabendo a unidade adequar-se.

Dentre as metas propostas para o exercício 2013, podemos destacar:

a) Reformar e recuperar diversos ambientes do edifício Sede com fins de redistribuir o espaço para suportar a reestruturação de diversas unidades, enquanto se viabiliza a construção da nova sede. Atualmente a SR/PI carece de espaço físico para melhor atender a demanda de serviços e de efetivo.
b) Auxiliar o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no cadastramento biométrico de

todos os eleitores do estado, tendo em vista Acordo de Cooperação Técnica existente entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Instituto Nacional de Identificação que tem por finalidade cadastrar biometricamente todos os eleitores do país com previsão até o ano de 2018.

c) Auxiliar o Instituto de Identificação do Piauí na identificação criminal e atualização dos bancos de dados dos sistemas SINIC e AFIS de todos os indiciados em inquéritos policiais da SSP/PI, em atendimento ao Termo de Cooperação com a SENASP.

d) Implantar a coleta seletiva de lixo em toda a SR/PI, contribuindo para a preservação do meio-ambiente e para a sustentabilidade dos recursos naturais, aderindo, desta forma, às políticas do DPF, de modo a motivar atitudes individualizadas dos membros da comunidade interna e externa, em suas respectivas residências e comunidade em que atuam.

e) Digitalização de 100% dos procedimentos policiais (IPLs, TCOs, CPs e REs) e seus respectivos dossiês, com vistas a melhorar os processos, oferecendo segurança e liberando espaço na SR/DPF/PI, cuja capacidade física dos arquivos existentes está esgotada. Tal medida eliminaria a necessidade de manutenção do dossiê físico, gerando economia de papel e de espaço físico. Nesse sentido far-se-ia indispensável a tramitação dos IPLs em forma digital, garantindo maior segurança dos inquéritos, a exemplo dos mecanismos já adotados pela Justiça.

ANEXOS

14. DECLARAÇÕES

14.1 PARTE A, ITEM 10.4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº.119/2012, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

DECLARAÇÃO

Eu, **Ivonete da Costa Sale**, responsável pela **Gestão de Contratos**, CPF n° **227.570.903-72**, Agente Administrativo, exercido na **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Teresina, 27 de fevereiro de 2013.

Ivonete da Costa Sale

IVONETE DA COSTA SALE
227.570.903-72
Gestora de Contratos – SR/DPF/PI

14.2 PARTE A, ITEM 11.2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº.119/2012, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí	200390

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Para emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:

a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo governo Federal;
b) o acompanhamento, a análise e as demonstrações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram pela Setorial de contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e
c) a análise dos documentos de suporte realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.
d) Os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Teresina**	**Data**	**27/02/2013**
Contador Responsável	**Miraneide Gonçalves dos Santos Veras**	**CRC nº**	**4.196**